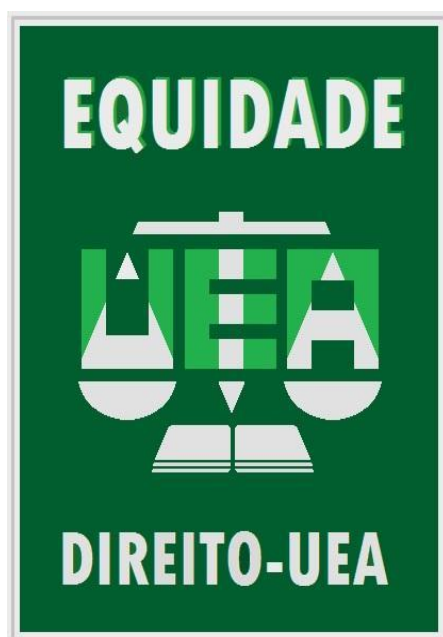


**UEA**  
UNIVERSIDADE  
DO ESTADO DO  
AMAZONAS



**ESCOLA DE  
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



**EQUIDADE:**

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA  
EDIÇÕES

editora  
UEA

## **GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Wilson Lima  
**Governador**

### **UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib  
**Reitor**

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro  
**Vice-Reitor**

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos  
**Pró-Reitor de Ensino de Graduação**

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo  
**Pró-Reitora de interiorização**

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho  
**Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação**

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro  
**Pró-Reitora de Planejamento**

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins  
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos  
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior  
**Pró-Reitor de Administração**

Profa. Dra. Isolda Prado  
**Diretora da Editora UEA**

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro  
**Coordenação do Programa de  
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito  
Ambiental**

## **EQUIDADE:**

### **Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA  
**Coordenação do curso de Direito**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA  
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA  
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA  
**Editores Chefe**

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

#### **Editores Assistentes**

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP  
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS  
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP  
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG  
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA  
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

#### **Conselho Editorial**

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA  
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA  
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA  
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA  
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA  
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA  
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA  
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA  
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA  
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA  
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

#### **Comitê Científico**

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG  
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA  
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA  
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA  
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda  
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA  
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA  
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

**Avaliadores**

Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA

**Primeira Revisão**

Prof. Pós- Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA

**Revisão Final**

# Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

## Artigo Científico



### Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Organizadores**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Comissão científica do evento**

Antonio José Cacheado Loureiro  
Camila Jatahy Araujo  
Cristiane da Silva Pereira Medeiros  
Raphael Nogueira Holanda Gouveia  
Daniel Rabelo de Melo  
David Henrique Lisboa Santiago  
Bruno Jordano da Silva Brito  
Eurico Dias Teixeira Neto  
Evelton Cezar Bitencourt  
Fernanda da Silva Pereira  
Giêr Monteiro Memoria  
Hélio dos Santos Júnior  
Juvenal Cavalcante Portela  
Paulo José Barbosa Martins de Abreu  
Giêr Monteiro Memória  
Henrique Raimundo do Nascimento  
Fortaleza

Italo Jeffersson Fernandes Pacheco  
Jarneson Barbosa Ferreira Batista  
João da Silva Padilha  
João Paulo Ribeiro da Silva  
Johnattan Martins Pinheiro  
José Adelson da Silva Miranda  
Leandro Santos Gomes  
Lincon de Oliveira Bernarde  
Edigley Oliveira da Silva  
Marcello Phillippe Aguiar Martins  
Marcelo Travessa Guedes  
Paulo José Barbosa Martins de Abreu  
Paulo José Barbosa Martins de Abreu  
Tulio Diego De Almeida Monteiro  
Victor Dias Noé Araújo

#### **Comissão de revisores**

# **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

## **Artigo Científico**



### **Seminário de Legislação especial aplicada a grupos vulneráveis**

Adriel da Silva Santos  
Aghata Gonçalves do Amaral Melo  
Amanda leitão da Silva  
Ana Belle Barcelos Faria  
André Guilherme Oliveira Gentil  
André Marques Araújo  
Andrews Martins Siqueira  
Bruna Maria da Silva Mota  
Clodoaldo Matias da Silva  
Denison Melo de Aguiar  
Edinaldo Inocência Ferreira Junior  
Elias Emanuel Lima de Melo  
Elizabeth Ellen Santos Rocha  
Emilly Victória Batista dos Santos  
Ernesto Santos Coelho  
Felipe Matheus de Assis Saraiva  
Gabriel Imay Diaz  
Giovanna Costa Novo Moreira  
Gisele de Almeida Nascimento  
Glenda Martins Monteconrado  
Heitor Lucas Rodrigues Pontes  
Inocência Ferreira Junior

João Gabriel de Souza Monteiro  
Katy Anne da Silva Ferreira  
Layse Oliveira de Castro  
Luana Caroline Nascimento Damasceno  
Lucas Emanuel Bastos Polari  
Luciana Lima Conceição  
Marcelo Damasceno Rodrigues  
Maria Beatriz Carvalho de Alencar  
Maria Clara Santana Barros de Oliveira  
Paula Carolina Lobato da Cunha  
Raissa Lima do Nascimento  
Rian Carlos de Moraes Pereira  
Rogério Ribeiro da Costa Sheila  
Nascimento de Paula e Silva Oliveira  
Suzy Oliveira de Araújo  
Viviane dos Santos Farias  
Yasmim Ferreira Derzi  
Sheila Nascimento de Paula e Silva  
Oliveira  
Suzy Oliveira de Araújo  
Viviane dos Santos Farias  
Yasmim Ferreira Derzi

### **Comissão Organizadora**

# Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

## Artigo Científico



### Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Organizadores**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

#### **Comissão científica do evento**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Bruna Maria da Silva Mota  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Formatação**

Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Primeira revisão**

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profª. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes  
Prof. MSc. Helder Brandão Góes

#### **Revisão final**

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

#### **Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas**

R454

AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; MEDINA, Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha; LIMA, Neuton Alves de; BRAGA, Mauro Augusto Ponce de Leão; PASCARELLI LOPES, Flávio Humberto. Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

# **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

## **Artigo Científico**

### **APRESENTAÇÃO**

Este é os Anais do Seminário de Legislação Aplicada a Grupos Vulneráveis, realizado no âmbito da disciplina homônima, ministrada aos alunos do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Estado do Amazonas. Este seminário representa um marco na formação jurídica, ética e cidadã dos futuros oficiais, ao propor uma abordagem crítica e interdisciplinar sobre os desafios enfrentados por populações vulnerabilizadas no contexto amazônico e brasileiro.

A ementa da disciplina foi concebida com o propósito de ampliar a compreensão dos discentes sobre os múltiplos fatores que produzem e reproduzem vulnerabilidades sociais, políticas e institucionais. Partiu-se da premissa de que o policial militar, enquanto agente do Estado e promotor de direitos, deve estar capacitado não apenas para intervir em situações de conflito, mas também para reconhecer e respeitar as especificidades culturais, identitárias e históricas dos grupos com os quais interage. Assim, temas como interseccionalidade, teoria da alteridade, sexualidade humana, racismo estrutural, violência doméstica, abuso de autoridade, entre outros, foram tratados com profundidade e sensibilidade ao longo do curso.

Os manuscritos que compõem estes Anais são frutos de um processo pedagógico que valoriza a pesquisa aplicada, a escuta ativa e o compromisso com a transformação social. Os alunos foram desafiados a investigar, refletir e propor soluções jurídicas e operacionais para questões que envolvem populações indígenas, ribeirinhas, negras, LGBTQIAPN+, idosos e os próprios policiais militares — estes últimos frequentemente invisibilizados como sujeitos de direitos dentro das estruturas institucionais. Os textos revelam não apenas domínio técnico, mas também empatia, senso crítico e abertura ao diálogo, qualidades indispensáveis à atuação policial em uma sociedade plural e democrática.

A escolha das populações abordadas nos trabalhos reflete a realidade amazônica e a complexidade das relações sociais que se estabelecem no território. A presença de povos originários e comunidades tradicionais exige do policial uma postura de respeito à diversidade cultural e aos direitos coletivos. A população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela violência institucional, demanda ações afirmativas e práticas antirracistas. A comunidade LGBTQIAPN+ enfrenta barreiras estruturais e simbólicas

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

que exigem do agente público uma atuação pautada na dignidade e na equidade. Os idosos, por sua vez, são frequentemente vítimas de negligência e violência, o que requer atenção especializada e políticas de proteção. E os próprios policiais militares, sujeitos a pressões psicológicas, riscos físicos e estigmas sociais, precisam ser reconhecidos como parte da equação da vulnerabilidade.

Os Anais aqui apresentados são, portanto, mais do que um registro acadêmico: são testemunhos de um processo formativo comprometido com a justiça social, com os direitos humanos e com a construção de uma segurança pública que respeite e valorize a vida em todas as suas expressões. Que este material possa inspirar novas práticas, pesquisas e políticas voltadas à promoção de direitos e à redução das desigualdades.

Agradecemos aos alunos pela dedicação e coragem intelectual, à Academia de Polícia Militar do Amazonas pelo apoio institucional, à Universidade do Estado do Amazonas do e à sociedade amazonense, que nos desafia diariamente a pensar e agir com responsabilidade e humanidade.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar  
Profa. Dra. Márcia Cristina Nery da Fonseca Rocha Medina  
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima  
Prof. Pós-Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga  
Prof. Pós-Dr. Flávio Humberto Pascarelli Lopes

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**  
**Artigo Científico**

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEGURANÇA PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DO  
 PROJETO VITÓRIA-RÉGIA DA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS À LUZ  
 DA PNEA**

*ENVIRONMENTAL EDUCATION AND PUBLIC SECURITY: THE EXPERIENCE OF  
 THE VITÓRIA-RÉGIA PROJECT OF THE MILITARY POLICE OF AMAZONAS IN  
 LIGHT OF THE PNEA*

**Thiago de Souza Redman<sup>1</sup>**  
**Wesley Silveira de Siqueira<sup>2</sup>**  
**Denison Melo de Aguiar<sup>3</sup>**  
**Neuton Alves de Lima<sup>4</sup>**  
**Flávio Humberto Pascarelli Lopes<sup>5</sup>**

## 1. INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira, com sua vasta diversidade ecológica e sociocultural, enfrenta desafios significativos no campo ambiental e educacional. A implementação de políticas públicas eficazes que articulem a preservação do meio ambiente à promoção da cidadania tem se mostrado essencial para o desenvolvimento sustentável da região. Nesse

---

<sup>1</sup> Graduado em Direito - FMF, Graduando em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas, Pós graduado em Direito Penal pela IBMEC SP - e-mail thiago.redman@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4671672790908035>

<sup>2</sup> Tecnólogo em Serviços Jurídicos, Cartorários e Notariais pela Centro Universitário Internacional (2018). Especialista em Segurança Pública pela Focus(2024).

Bacharelado em Segurança Pública e do Cidadão pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA Contato:wdesiqueira142@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6975086915721398>

<sup>3</sup> Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARBIC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

<sup>4</sup> Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

<sup>5</sup> Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

contexto, destaca-se o Projeto Vitória-Régia, desenvolvido pela Polícia Militar do Amazonas (PMAM), que tem como objetivo principal a promoção da educação ambiental nas escolas da rede pública, articulando ações pedagógicas com a valorização do ecossistema amazônico e da cultura local (HIGUCHI; HIGUCHI, 2012).

O projeto insere-se em uma tradição de iniciativas educacionais que buscam transformar a realidade socioambiental a partir do envolvimento direto de comunidades escolares e de agentes públicos de segurança. Inspirado nos princípios da Política Nacional de Educação Ambiental, instituída pela Lei nº 9.795/1999, o Projeto Vitória-Régia promove atividades interativas, oficinas, palestras e campanhas de sensibilização ambiental, contribuindo para a formação cidadã de crianças e adolescentes (BRASIL, 1999). Sua relevância se intensifica ao se considerar o contexto da Amazônia, onde a degradação ambiental e os processos de exclusão social coexistem de maneira dramática (RODRIGUES; CARIDE, 2016).

A presença da Polícia Militar em um papel educador rompe com a visão tradicional de sua atuação restrita ao campo repressivo, aproximando-a da comunidade por meio de práticas pedagógicas e preventivas. Essa mudança de paradigma encontra respaldo em estudos como os de Andrade e Caride (2016), que destacam o potencial transformador da educação ambiental como instrumento de empoderamento social e de resistência aos modelos hegemônicos de desenvolvimento. A abordagem do projeto incorpora elementos das pedagogias críticas, respeitando os saberes locais e promovendo o diálogo intercultural e intergeracional (ANDRADE, 2014).

A consolidação do Projeto Vitória-Régia como iniciativa pedagógica integrada à segurança pública permitiu à Polícia Militar do Amazonas transformar sua atuação tradicional em uma proposta proativa de formação cidadã e preservação ambiental. No período entre 2022 e 2024, os dados de produtividade do projeto demonstram um aumento significativo no alcance e na abrangência de suas ações: apenas em 2022, foram atendidos 286 alunos diretamente; em 2023, 264; e em 2024, estima-se um público de mais de 56.000 pessoas impactadas com oficinas pedagógicas, exposições e palestras (PMAM, 2022). Tais números demonstram não apenas a adesão institucional, mas também a eficácia do projeto como instrumento de difusão da cultura ambiental na Amazônia.

No ambiente escolar, os efeitos do projeto são múltiplos. A aplicação de metodologias ativas, como oficinas práticas, rodas de conversa, trilhas ecológicas e

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

simulações de práticas sustentáveis, promove o engajamento direto dos estudantes, despertando neles o senso de pertencimento à floresta e à sua biodiversidade. Professores relatam, por meio de depoimentos constantes nos relatórios do projeto, a mudança de comportamento de seus alunos com relação ao descarte de resíduos sólidos, ao uso consciente da água e à valorização das áreas verdes de seus bairros (PMAM, 2022).

Além disso, a presença constante dos instrutores militares nas escolas contribui para o fortalecimento dos vínculos sociais entre comunidade e segurança pública, reduzindo a percepção de distanciamento institucional. Em termos institucionais, o Projeto Vitória-Régia também gerou efeitos importantes no interior da própria Polícia Militar. A formação de instrutores ambientais entre os praças e oficiais da corporação tem fomentado o desenvolvimento de competências socioeducativas, ampliando o repertório profissional dos policiais e permitindo sua atuação em múltiplos campos. Os critérios estabelecidos para seleção dos militares instrutores, como a obrigatoriedade de serem voluntários, possuírem comportamento disciplinar positivo e capacidade de comunicação, elevaram o padrão de comprometimento com o projeto (PMAM, 2022).

O resultado é um corpo de facilitadores preparados não apenas tecnicamente, mas também ética e pedagogicamente para lidar com públicos escolares e comunitários diversos. Outro resultado relevante diz respeito à capacidade de articulação interinstitucional gerada pelo projeto. O Vitória-Régia firmou parcerias com órgãos como a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Secretaria de Educação (SEDUC), e diversas ONGs voltadas à sustentabilidade. Essas parcerias possibilitaram o compartilhamento de recursos, a realização de eventos conjuntos e a multiplicação de ações educativas em diferentes municípios do interior do estado, como Iranduba, Manacapuru e Presidente Figueiredo (HIGUCHI; HIGUCHI, 2012).

A atuação descentralizada do projeto é fundamental para garantir o acesso à educação ambiental em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos, respeitando as especificidades culturais e territoriais de cada comunidade. Do ponto de vista metodológico, o projeto também tem se destacado por incorporar elementos inovadores, como o uso de tecnologias digitais na disseminação de conteúdos ambientais. Vídeos educativos, podcasts temáticos e cartilhas interativas têm sido produzidos pelos instrutores da PMAM e distribuídos às escolas como material de apoio (PMAM, 2023).

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

Tais recursos contribuem para a continuidade do processo formativo além das visitas presenciais, criando um ambiente de aprendizagem híbrido e permanente.

Adicionalmente, o projeto tem proporcionado a emergência de lideranças comunitárias juvenis com foco ambiental. Muitos alunos que participaram das atividades tornaram-se multiplicadores em seus próprios bairros, desenvolvendo hortas escolares, campanhas de coleta seletiva e grupos de monitoramento ambiental local. Esse efeito multiplicador é um dos indicadores mais robustos do impacto positivo do Vitória-Régia, pois demonstra a internalização dos valores trabalhados e a capacidade dos jovens de protagonizar transformações em suas realidades (ANDRADE, 2014).

As análises críticas também revelam que o projeto enfrentou desafios significativos, como a escassez de recursos financeiros públicos, a alta rotatividade de efetivo e a necessidade de maior institucionalização do programa no planejamento estratégico da corporação. No entanto, mesmo diante dessas adversidades, a continuidade das ações, sustentada em doações da iniciativa privada e no voluntariado policial, demonstra a resiliência do modelo e sua viabilidade como política pública de baixo custo e alto retorno social (RODRIGUES; CARIDE, 2016).

Finalmente, o Projeto Vitória-Régia pode ser considerado uma prática de excelência na intersecção entre educação ambiental e segurança pública, promovendo não apenas a preservação do meio ambiente, mas também o fortalecimento da democracia participativa, o reconhecimento da diversidade cultural amazônica e a construção de uma cultura de paz. Ao fomentar a corresponsabilidade ecológica entre estado e sociedade, a iniciativa contribui para o enraizamento de uma ética ambiental voltada à justiça social e à proteção da vida em todas as suas formas (HIGUCHI; HIGUCHI, 2012).

A floresta amazônica, considerada o maior bioma tropical do mundo, exerce papel fundamental na regulação do clima global, na conservação da biodiversidade e na manutenção dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais (HIGUCHI; HIGUCHI, 2012). No entanto, a pressão crescente por atividades econômicas predatórias, como o desmatamento, a mineração e a exploração desenfreada de recursos naturais, compromete a sustentabilidade da região e ameaça o equilíbrio ecológico planetário (ANDRADE; CARIDE, 2016).

Diante desse cenário, a educação ambiental emerge como ferramenta estratégica para promover a conscientização ecológica e fortalecer o engajamento comunitário na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1999). No contexto amazônico, caracterizado por

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

enormes distâncias geográficas, diversidade sociocultural e histórico de marginalização das populações locais, torna-se urgente articular políticas públicas que integrem diferentes setores estatais na promoção da cidadania e da sustentabilidade (ANDRADE, 2014).

A Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), tradicionalmente associada ao controle da ordem pública, tem buscado ampliar seu escopo de atuação por meio de projetos socioeducativos voltados à prevenção e à educação, entre os quais se destaca o Projeto Vitória-Régia. Essa iniciativa, implementada desde 2008, visa articular segurança pública e educação ambiental a partir de práticas pedagógicas em escolas públicas e eventos comunitários, com ênfase na sensibilização de crianças e adolescentes (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, 2022).

O presente resumo expandido tem como objetivo analisar o Projeto Vitória-Régia enquanto política pública de caráter socioambiental, destacando sua relevância na formação cidadã, nos impactos socioeducativos e na promoção da sustentabilidade em áreas urbanas e rurais do estado. Para tanto, a proposta foi construída com base em documentos institucionais, referências bibliográficas sobre educação ambiental na Amazônia e em experiências relatadas por integrantes do projeto (POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, 2024).

Além disso, recorre-se à obra "A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental", organizada por Maria Inês Gasparetto Higuchi e Niro Higuchi, como aporte teórico fundamental (HIGUCHI; HIGUCHI, 2012). A escolha do Projeto Vitória-Régia como objeto de estudo justifica-se por sua singularidade ao envolver uma força policial na condução de ações pedagógicas voltadas à conservação ambiental.

Em um momento em que os desafios socioambientais da Amazônia se intensificam, experiências como essa ganham relevo, especialmente por promoverem a intersecção entre políticas de segurança, educação e meio ambiente (RODRIGUES; CARIDE, 2016). Além disso, o projeto destaca-se por sua continuidade ao longo dos anos, mesmo diante da escassez de recursos públicos, e pela sua capacidade de adaptação a diferentes contextos escolares e comunitários.

Seu caráter inovador e abrangente permite discutir não apenas os impactos diretos das ações realizadas, mas também os desdobramentos institucionais, políticos e culturais que elas ensejam. Dessa forma, este trabalho se propõe a contribuir com o debate

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

acadêmico e institucional sobre as possibilidades de integração entre segurança pública e educação ambiental no Brasil, apontando caminhos para o fortalecimento de iniciativas semelhantes em outras regiões do país (ANDRADE, 2014).

Ao valorizar as práticas locais e os saberes tradicionais em diálogo com os objetivos estratégicos do Estado, o Projeto Vitória-Régia revela-se uma ferramenta potente para a construção de uma sociedade mais justa, ecológica e democrática (ANDRADE; CARIDE, 2016).

## **2. JUSTIFICATIVA**

O enfrentamento dos problemas ambientais na Amazônia requer uma abordagem integrada que envolva diferentes setores da sociedade, especialmente os agentes públicos responsáveis pela segurança e pelo bem-estar coletivo. A degradação ambiental, o desmatamento, a poluição dos rios e a exclusão social estão interligados, compondo um cenário que exige ações educativas permanentes e transformadoras. Nesse contexto, a educação ambiental surge como instrumento essencial para a construção de uma consciência crítica voltada à sustentabilidade e à cidadania ecológica.

A escolha do Projeto Vitória-Régia, desenvolvido pela Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM), justifica-se por sua singularidade e relevância social ao articular segurança pública e educação ambiental de forma inovadora. Ao aproximar a instituição policial das comunidades e das escolas públicas, o projeto rompe paradigmas tradicionais e reforça a imagem da polícia como promotora da paz, da cidadania e do cuidado com o meio ambiente. Trata-se de uma iniciativa que ressignifica o papel do policial como educador e mediador social, fortalecendo os vínculos comunitários e contribuindo para a prevenção primária da violência.

Sob o ponto de vista acadêmico, a relevância do trabalho reside na possibilidade de contribuir para o debate sobre a integração entre segurança pública e políticas ambientais, campo ainda pouco explorado nas ciências sociais aplicadas. O estudo oferece subsídios teóricos e empíricos para compreender como práticas pedagógicas podem ser incorporadas à rotina policial de modo eficaz e humanizado.

No âmbito científico, o projeto se destaca como uma experiência concreta de educação ambiental crítica, voltada para a transformação social e a valorização dos saberes locais. A pesquisa reforça a importância da interdisciplinaridade e da atuação interinstitucional entre órgãos públicos, escolas, universidades e organizações civis.

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

Por fim, a relevância social da pesquisa é incontestável. O Projeto Vitória-Régia alcança comunidades vulneráveis, promove o protagonismo juvenil e estimula a corresponsabilidade ambiental, contribuindo diretamente para a formação de cidadãos conscientes e engajados na defesa da Amazônia. Ao fortalecer a relação entre Estado e sociedade, natureza e cultura, o projeto configura-se como uma política pública de baixo custo e alto impacto social, replicável em outros contextos amazônicos e nacionais.

## **2. OBJETIVOS**

Geral: Analisar a atuação do Projeto Vitória-Régia da Polícia Militar do Amazonas como prática de Educação Ambiental integrada à segurança pública, com base nos princípios e diretrizes da PNEA.

### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Analisar a atuação do Projeto Vitória-Régia da Polícia Militar do Amazonas como prática de Educação Ambiental integrada à segurança pública, com base nos princípios e diretrizes da PNEA.

### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Identificar os fundamentos pedagógicos e organizacionais do Projeto Vitória-Régia;
- Verificar a aderência do projeto aos princípios da EA crítica e da PNEA;
- Avaliar os impactos institucionais, pedagógicos e comunitários do projeto;
- Analisar a contribuição do projeto para a consolidação da cidadania ecológica e do policiamento comunitário.

## **3. PROBLEMA E HIPÓTESE**

Como a Polícia Militar do Estado do Amazonas pode integrar efetivamente ações de segurança pública e educação ambiental para promover a cidadania, a sustentabilidade e a preservação socioambiental na região amazônica, considerando os desafios geográficos, sociais e institucionais locais?

## **4. METODOLOGIA**

A metodologia adotada neste trabalho baseia-se em uma abordagem qualitativa,

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

de caráter aplicado, descritivo e analítico, com foco na compreensão dos processos educativos, sociais e institucionais que envolvem o Projeto Vitória-Régia da Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM). A escolha dessa abordagem justifica-se pela natureza interpretativa do objeto de estudo, que exige a análise de significados, práticas e percepções em contextos sociais e ambientais específicos, sem recorrer à quantificação estatística dos dados.

#### **4.1. TIPO DE PESQUISA**

A pesquisa é qualitativa e descritiva, pois busca compreender a realidade a partir da observação e interpretação de fenômenos sociais, sem a pretensão de estabelecer relações de causa e efeito. É também exploratória, ao investigar um tema ainda pouco abordado nas ciências da segurança pública — a integração entre educação ambiental e policiamento comunitário. Trata-se de uma pesquisa aplicada, uma vez que pretende gerar conhecimento voltado à solução de problemas práticos e à melhoria de políticas públicas de caráter socioambiental.

#### **4.2. TÉCNICAS DE PESQUISA**

##### **4.2.1. DOCUMENTAÇÃO**

Para o desenvolvimento do estudo, foram utilizadas técnicas de documentação indireta, abrangendo:

- Pesquisa bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos da área de educação ambiental e segurança pública (GADOTTI, 2000; GUIMARÃES, 2004; LOUREIRO, 2006; HIGUCHI; HIGUCHI, 2012; ANDRADE; CARIDE, 2016), além da Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA);
- Pesquisa documental, a partir da análise de relatórios institucionais, portarias oficiais, boletins internos, planos de ação e registros operacionais do Comando de Policiamento Ambiental da PMAM, referentes aos anos de 2022 a 2024.

Esses documentos foram examinados com o propósito de identificar as estratégias pedagógicas empregadas, os resultados alcançados, os desafios enfrentados e os impactos gerados pelo projeto nas comunidades atendidas.

##### **4.2.2. OBSERVAÇÃO**

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

Complementarmente, adotou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2011) como técnica qualitativa para o tratamento dos dados. Essa metodologia permitiu a categorização de informações em eixos temáticos, tais como:

1. Educação ambiental crítica e participativa;
2. Polícia comunitária e cidadania ecológica;
3. Impactos socioeducativos e ambientais do projeto;
4. Desafios institucionais e perspectivas de continuidade.

Essa forma de análise possibilitou compreender o potencial formativo do projeto, bem como a maneira pela qual ele contribui para a construção de uma cultura de paz e de sustentabilidade nas escolas públicas e comunidades vulneráveis do Amazonas.

## **5. RESULTADOS**

Apresente os principais resultados encontrados, com base nos dados coletados. Destaque os achados mais significativos. Pode-se incluir gráficos, tabelas ou outras representações para ilustrar os resultados, caso seja necessário. Necessariamente, os subitens são os de acordo com os objetivos específicos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da pesquisa demonstram que o Projeto Vitória-Régia se consolidou como uma das principais iniciativas de integração entre educação ambiental e segurança pública no Amazonas. Entre 2022 e 2024, o projeto alcançou mais de 56 mil pessoas, incluindo estudantes, professores e moradores de comunidades urbanas e rurais, por meio de oficinas, palestras, trilhas ecológicas e campanhas educativas promovidas pela Polícia Militar do Estado do Amazonas (PMAM).

Observou-se um impacto positivo na percepção comunitária sobre a atuação policial, com o fortalecimento do vínculo entre polícia e sociedade, bem como o aumento da conscientização ambiental entre crianças e adolescentes. Professores relataram mudanças comportamentais nos alunos, como o uso mais responsável da água, o descarte adequado de resíduos e a valorização dos espaços naturais locais.

O projeto também gerou resultados institucionais significativos, como a formação de instrutores ambientais entre praças e oficiais, a ampliação das parcerias interinstitucionais com órgãos ambientais e educacionais, e a difusão de práticas pedagógicas sustentáveis em diferentes municípios, como Iranduba, Manacapuru e

## **Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**

### **Artigo Científico**

Presidente Figueiredo.

Além disso, verificou-se o surgimento de lideranças juvenis comprometidas com a sustentabilidade e a cidadania ecológica, evidenciando o caráter multiplicador e transformador das ações. Tais resultados reforçam o potencial do Projeto Vitória-Régia como modelo de política pública socioambiental de baixo custo, alto alcance social e relevância para a consolidação da cultura de paz e da segurança cidadã na Amazônia.

#### **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; CARIDE, José Antonio. Educação ambiental na Amazônia brasileira: participação e reclamos sociais em tempos pós-hegemônicos. *Espacios Transnacionales*, n. 4/7, 2016.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de. Educação ambiental na CobéAmazonia: saberes, pertencimentos e representações sociais. In: REIGOTA, Marcos (Org.). *Ambientalismo e educação: novos temas e abordagens*. São Paulo: Cortez, 2014. p. 295-310.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 abr. 1999.

HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; HIGUCHI, Niro (Orgs.). *A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental*. 2. ed. rev. e ampl. Manaus: Edição do Autor, 2012.

HIGUCHI, Niro et al. Capítulo 4 – A floresta e o solo. In: HIGUCHI, Maria Inês Gasparetto; HIGUCHI, Niro (Orgs.). *A floresta amazônica e suas múltiplas dimensões: uma proposta de educação ambiental*. 2. ed. Manaus: Edição do Autor, 2012. p. 101-121.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. Comando de Policiamento Ambiental. *Relatório de atividades do Projeto Vitória-Régia*. Manaus: PMAM, 2022.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. Portaria nº 018/2022 – GAB.CMT-G/PMAM. Institui o Projeto Educacional Ambiental Vitória-Régia no âmbito da PMAM e dá outras providências. Manaus, 14 out. 2022.

POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS. *Boletim Interno nº 173*, de 21 set. 2023. Manaus: PMAM, 2023.

RODRIGUES, Francisca Marli; CARIDE, José Antonio. Educação ambiental e lutas sociais na Amazônia: memória e antecipação. *Espacios Transnacionales*, n. 4/7, 2016.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental; Segurança Pública; Polícia Militar do

**Anais do Seminário de Legislação aplicada a grupos vulneráveis**  
**Artigo Científico**

Amazonas.

**KEY WORDS:** Environmental Education; Public Safety; Military Police of Amazonas.